

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES BARÃO - RS

Processo Legislativo nº 116/2024 Parecer Jurídico nº: 106/2024

Projeto de Lei nº 09/2024 apresentado pelo Vereador Laudir Abel, o qual pleiteia a alteração do artigo 1º da Lei nº 2.535 de 14 de dezembro de 2021, com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a subsidiar os serviços particulares de retroescavadeira, escavadeira hidráulica, trator esteira, caminhão, drone para aplicação de defensivos e fertilizantes e trator agrícola para serviços relacionados à produção agrícola".

Conforme determina o Artigo 142, Parágrafo Único, inciso I do Regimento Interno, a iniciativa do Projeto de Lei, será de Vereador, portanto é legal a propositura do referido projeto.

Segundo a Lei Orgânica, em seu artigo 53, inciso I, refere que a iniciativa das leis municipais, salvo nos casos de competência exclusiva, cabe a qualquer membro ou órgão da Câmara Municipal, in verbis:

Art. 53 - A iniciativa das leis municipais, salvo nos casos de competência exclusiva, cabe: I - a qualquer membro ou órgão da Câmara Municipal;

Da mesma forma, cabe prelecionar o artigo 143 do Regimento Interno, o qual descreve:

Art. 143 A <u>iniciativa das leis, salvo nos casos de competência exclusiva, caberá a qualquer</u> <u>Vereador (a)</u>, ao Prefeito (a) e ao eleitorado, que a exerce sob forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por 5% (cinco por cento) do total do número de eleitores do Município.

De outra banda, é importante prelecionar que o projeto de Lei do Legislativo em questão não viola o artigo 61, § 1º, inciso II da Constituição Federal, ou seja, nos projetos de lei cujas as matérias sejam de iniciativa reservada ao Poder Executivo, é o que o Poder Legislativo não poderá criar despesas.

Tal entendimento está consolidado pelo STF, através de julgamento do Recurso Extraordinário sob nº 878.911/RJ, definindo que o Parlamentar municipal, poderá apresentar projeto de lei que tenha previsão de despesas para o Poder Executivo, ou seja, para o Município.

A decisão do STF em Repercussão Geral definiu a tese 917 para reafirmar que:

"Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, "a"," c" e "e", da Constituição Federal)."



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES BARÃO - RS

As leis de iniciativa privativa do Prefeito Municipal, estão dispostas no artigo 54 e seus incisos da Lei Orgânica Municipal, in verbis:

"Art. 54 - São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre; I - criação e aumento de remuneração de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica;

II - servidores públicos do Município, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

III - criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da Administração Municipal."

A Constituição Federal, em seu artigo 30, inciso I, determina que o Município é competente para legislar sobre assuntos de interesse local. A Lei Orgânica dispõe em seu artigo 42, inciso II, que a Câmara de vereadores tem competência para legislar sobre assuntos locais, com a sanção do Prefeito.

Diante do exposto, a propositura do Projeto de Lei pelo Legislativo, para alterar o artigo 1º da Lei 2.535 de 14 de dezembro de 2021, está nos parâmetros legais e constitucionais.

Assim, salvo melhor juízo, o presente Projeto de lei atende aos requisitos legais quanto a proposição e a matéria, portanto esta assessoria, após análise, OPINA pela Legalidade e Constitucionalidade do mesmo, tendo em vista que o Projeto de Lei do Legislativo está de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno e Constituição Federal, estando apto a ser analisado pelos Nobres Vereadores da Comissão para a análise e pertinência do presente projeto de Lei.

É o parecer.

Barão/RS, 07 de outubro de 2024.

Elisane Maciel Silva OAB/RS 96.540